



## **A ESCOLA PRIMÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

BOMFIM, Manoel. **Cultura e educação do povo brasileiro**: pela difusão da instrução primária. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

**Resenhado por: Ligiane Aparecida da Silva<sup>1</sup>**

Manoel José do Bomfim (1868-1932), autor do livro *Cultura e educação do povo brasileiro: pela difusão da instrução primária* foi médico, professor e diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro nas cadeiras de Moral e Cívica, Pedagogia e Psicologia Aplicada, diretor do *Pedagogium*, onde fundou o primeiro laboratório de psicologia experimental do país, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, deputado federal pelo estado de Sergipe, fundador e redator de periódicos educacionais e autor de vasta obra, na qual contemplou reflexões sobre a história do Brasil e da América Latina, bem como estudos sobre pedagogia e psicologia, produção de livros didáticos e paradidáticos para uso de professores e alunos da escola primária e estudos sobre a relação entre Estado e educação no Brasil República.

O livro em tela foi publicado após a sua morte, no ano de 1932, e reúne textos dispersos em jornais e revistas da época mais as suas últimas considerações acerca da função social da escola primária e da necessidade de difusão das primeiras letras no país. Trata-se, em parte, de reflexões que Manoel Bomfim ditou a um amigo – o teatrólogo Joracy Camargo –, por estar impossibilitado de escrever devido ao avanço da enfermidade que o levou à morte. Após o falecimento, seu filho Aníbal e o amigo citado organizaram o livro, que concorreu ao prêmio Francisco Alves pela Academia Brasileira de Letras, granjeando o segundo lugar.

*Cultura e educação do povo brasileiro* é dedicado à memória do intelectual e poeta Olavo Bilac, grande amigo e parceiro profissional de Manoel Bomfim. Contém 121 páginas e versa sobre onze temas diretamente relacionados ao título, quais sejam: O dever de educar (p. 13); Como se deve apresentar o problema (p. 39); Surge o problema (p. 43); Instrução popular (p. 55); Dos sistemas do ensino (p. 63); Intervenção da União (p. 71); O essencial do problema (p. 89); Atracção (p. 93); O papel da imprensa (p. 101); Recursos (p. 105) e Harmonia da acção oficial (p. 109). Além dos capítulos, o livro encerra um prefácio (p. 7) e um apêndice (appendice, na gramática original do período), intitulado Recursos e processos extraordinários, que concorram para a solução do problema (p. 115). Na página final encontra-se o índice.

Já no prefácio, Manoel Bomfim informa ao leitor o seu interesse em disputar o prêmio do concurso, justifica-se por ter postergado a sua inscrição em virtude da doença e



mostra-se otimista com os progressos da ciência, apresentando-os como uma possibilidade para a superação da crise política que, segundo ele, assolava o país.

No primeiro capítulo, Manoel Bomfim discorre sobre o dever de educar e apresenta a educação como o processo de adaptação do homem às exigências do meio externo. Defende que, na espécie humana, a vida relacional não decorre de instintos ou herança genética, mas de aprendizagens adquiridas e transmitidas de geração a geração. A humanidade, portanto, é concebida pelo autor como uma potencialidade que o indivíduo desenvolve via educação. Nessa perspectiva, advoga por um Estado interventor que defenda o direito à vida, que assegure à criança a prerrogativa de ser humano, que invista na instrução primária e num modelo de escola capaz de formar moral e intelectualmente a criança por meio de um ensino significativo ao aprendiz.

O segundo capítulo trata do problema do analfabetismo massivo e de suas consequências para o desenvolvimento econômico do país. Manoel Bomfim cita exemplos de países desenvolvidos que investiram na instrução popular e progrediram consideravelmente e relaciona a inferioridade do Brasil à ignorância à qual estava submetida a população, governada por dirigentes conservadores pouco interessados no progresso nacional e na difusão do ensino público.

No item “Surge o problema”, Bomfim destaca a instrução primária como a questão capital a ser solucionada pelos intelectuais e políticos republicanos e informa ao leitor que apresentará, adiante, artigos por ele publicados na imprensa sobre o tema. O primeiro artigo data de 1897, publicado originalmente na *Revista Pedagógica* e é nele que Manoel Bomfim declara, pela primeira vez, o seu interesse pelas questões educacionais do país. Mostra-se receoso quanto ao regime federativo por acreditar que os estados e municípios brasileiros não dispunham de condições materiais para fazer alavancar o ensino na medida das necessidades da nação e convoca os seus pares ao enfrentamento do problema, uma vez que, em sua perspectiva, o Império não o havia feito.

O capítulo intitulado “Dos sistemas de ensino” é um artigo de fundo publicado no periódico *República*, também no ano de 1897. Nesse texto, Manoel Bomfim critica a relação professor-aluno verticalizada, dogmática e livresca que, para ele, absorvia a individualidade da criança. Por fim, conclama os professores a combaterem o espírito de sistematização que caracterizava a escola brasileira e desconsiderava as particularidades dos alunos e os diferentes modos de aprender.

É na parte intitulada “Intervenção da União” que Manoel Bomfim discorre sobre sua passagem pela Câmara dos Deputados e seu envolvimento no *Projeto Tavares Lyra*, formulado no ano de 1907 e que propunha a reforma dos ensinos secundário e superior, bem como a difusão do ensino primário por meio de acordo entre União, estados e municípios. Bomfim reforça no texto a sua tese de que o “atraso” brasileiro era de ordem cultural e solucionável via educação e apresenta um balanço de sua participação no embate. Para ele, desatenção, indiferença e desamor pela causa educacional marcavam o período, o que dificultava sobremaneira a tomada de decisões e de medidas objetivas em



prol da instrução popular, critério para o desenvolvimento de um país que se pretendia moderno, livre e democrático.

Ao discutir “O essencial do problema”, Manoel Bomfim chama a atenção para a necessidade de foco por parte dos educadores e intelectuais de seu tempo. Apresenta os detalhes de didática, a questão dos métodos de ensino, a contratação de enfermeiras para as escolas, a construção de jardins de infância ou de escolas para “anormais” como questões importantes e necessárias, mas de ordem secundária quando comparadas ao problema do analfabetismo, do qual não se deveria desviar a atenção naquele momento.

No oitavo capítulo, Manoel Bomfim trata da “Atração” e tece elogios às contribuições de Montessori, Claparède e Decroly por terem se preocupado com a instituição de um ensino alegre, significativo para a criança e voltado à vida prática. Defende a manutenção de escolas anexas às escolas comuns como recurso facilitador da difusão do ensino, ao mesmo tempo em que se mostra favorável às caixas escolares, às cooperativas, aos círculos de pais, às obras, aos cursos *post*-escolares, às associações de antigos alunos, à existência de comitês, aos ensaios de jornalismo e de atividade civil, à prática dos esportes e a todas as iniciativas que pudessem, direta ou indiretamente, fazer da escola um ambiente vivo e atrativo à comunidade e útil ao meio social.

O nono capítulo trata do papel da imprensa e nele Manoel Bomfim defende a veiculação de propagandas relacionadas à instrução pública, em especial a primária, com o objetivo de chamar a atenção dos dirigentes políticos para o problema. Propôs, na sequência, que cada jornal publicasse semanalmente uma ou duas colunas sobre o tema para que a questão do analfabetismo emergisse com a importância que lhe cabia.

Quanto aos recursos, tema do décimo capítulo, Bomfim recomenda a criação de um Tesouro da Instrução, constituído de dez por cento de todos os orçamentos do país (municipais, estaduais e federais) oriundos de impostos sobre o uso do chão calçado das cidades, de terras devolutas, de parte da valorização dos terrenos urbanos, das rendas dos seguros e mais vinte e cinco por cento dos lucros líquidos do Banco do Brasil. Com esse fundo, acreditava Bomfim, seria possível construir prédios escolares, adquirir os materiais pedagógicos necessários, contratar professores e escolarizar a massa de brasileiros analfabetos.

No décimo primeiro capítulo Manoel Bomfim discorre sobre a “Harmonia da Acção Oficial”, propondo que todos os normalistas do país fossem contratados e que fosse permitido, num primeiro momento, a abertura de escolas por particulares e a contratação de professores pouco qualificados. O recrutamento inicial seria uma medida extraordinária enquanto não houvesse no Brasil Escolas Normais suficientes para formar a quantidade ideal de professores para o ensino primário. Imprensa, política e instituições sociais estariam, segundo ele, unidas em torno do mesmo propósito: difundir a instrução popular no país a partir de medidas estratégicas para a formação do povo nas zonas rural e urbana.

É no apêndice que Manoel Bomfim fará apologia ao uso de recursos tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem, como fonógrafo, cinema (com destaque para os



filmes falantes), rádio, impressos, máquinas de escrever, quadro-negro, de modo a respeitar a individualidade do aluno e as diferentes possibilidades para o ato de aprender. O apêndice é concluído com uma menção ao automóvel e às estradas de rodagem que, de acordo com Bomfim, facilitavam a circulação de pessoas, ideias, mercadorias e, conseqüentemente, os avanços necessários no campo da educação.

O livro reúne reflexões elucidativas aos interessados na história da educação no Brasil República. As propostas para a difusão da instrução primária nele apresentadas são profícuas aos pesquisadores da atualidade porque evidenciam as lutas de intelectuais do período com vistas à promoção do desenvolvimento da economia nacional. A instrução primária, apontada por Manoel Bomfim como o problema capital a ser solucionado pelos homens de seu tempo é concebida como o meio mais seguro para inserir o Brasil no rol das nações industrializadas. No entanto, alguns elementos entravavam o processo, como o regime federalista que outorgava autonomia aos estados e municípios em relação à instrução primária, os discursos eurocêntricos em voga que atribuíam ao brasileiro e às populações latino-americanas uma suposta inferioridade intelectual e moral como consequência da miscigenação, os embates entre grupos representantes das elites agroexportadoras e os industriais, para quem a escolarização das massas era condição *sine qua non* para a modernização.

Manoel Bomfim não defendeu apenas a intervenção do Estado nas questões afetas à instrução primária, como também mudanças na relação professor-aluno, nos materiais e recursos didáticos, no posicionamento do professor ante a individualidade da criança, influenciado por teorias pedagógicas estrangeiras, pelos pressupostos da pedagogia moderna, pelos estudos que desenvolveu enquanto acadêmico de medicina, pelas pesquisas desenvolvidas na área da psicologia e experiências adquiridas como professor da Escola Normal, diretor de instituições educativas e escritor. O autor é considerado um precursor do movimento da Escola Nova no Brasil e o livro ora resenhado contribui de forma significativa para o estudo de seu pensamento e ação enquanto intelectual, ou seja, enquanto sujeito que teoriza e promove mudanças no meio em que vive.

#### Notas

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE). E-mail: ligi.ped@gmail.com.

**Submetido em:** 07/05/2017

**Aprovado em:** 30/06/2017